



Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardíño Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas,

**RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO
MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA
2014**

A large, handwritten signature in black ink is visible on the right side of the page, appearing to be a combination of several names.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ÂMBITO	2
3. RESPONSABILIDADES	2
4. TRABALHOS EFETUADOS	3
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
6. NOTAS E COMENTÁRIOS	7
6.1) Execução orçamental	7
6.1.1) Orçamento	7
a) Orçamento inicial	7
b) Receitas	8
c) Despesas	9
d) Fundos disponíveis	10
e) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros	10
f) Equilíbrio orçamental	11
6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos	12
6.1.3) Execução do plano de atividade municipal	13
6.2) Análise Patrimonial	14
6.2.1) Balanço	14
a) Ativo	14
b) Fundos próprios	15
c) Passivo	15
d) Endividamento	16
6.2.2) Demonstração dos resultados	18
6.3) Análise das Principais Contas	19
6.3.1) Imobilizado'	19
a) Bens de domínio público	19
b) Imobilizado incorpóreo	19
c) Imobilizado corpóreo	20
d) Investimentos financeiros	20
e) Imobilizações em curso	21
f) Amortizações	21
6.3.2) Existências	22
6.3.3) Dívidas a receber	22
6.3.4) Disponibilidades	24
6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos	25
6.3.6) Fundo patrimonial	25
6.3.7) Passivos antes de acréscimos e diferimentos	26
6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos	28
6.3.9) Provisões e contingências	29
6.3.10) Custos e perdas	30
6.3.11) Proveitos e ganhos	34
7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	36
7.1) Indicadores de Gestão	36
7.2) Endividamento/Dívida total	36
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS	37
9. OPINIÃO E PROPOSTAS	38
9.1. Relato sobre outros requisitos legais	38
9.2. Conclusão das verificações efetuadas e opinião	38
9.3. Propostas	40
10. OUTROS FACTOS.....	41
11. AGRADECIMENTOS.....	41

MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA

EXERCÍCIO DE 2014

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras do Município de Vila Viçosa, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 26.772.433€ e um total de capital próprio de 20.086.916€, incluindo um resultado líquido negativo de 1.684.637€), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 7.124.387€ de despesa paga e um total de 7.468.781€ de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2. ÂMBITO

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários e opinião que consideramos relevantes.

Face aos comentários e recomendações efetuadas, ao longo do exercício, assistimos a uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade e implementar para áreas materialmente relevantes (imobilizado, existências e dívidas a receber).

Nos termos da alínea I), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Ordinária de 25 de março de 2015, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2014, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

3. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4. TRABALHOS EFETUADOS

Exceto, quanto às limitações identificadas no decurso do nosso trabalho, o exame a que procedemos foi efetuado, de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Assim foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria, com a extensão considerada necessária. Em resultado do exame efetuado, iremos emitir a respetiva Certificação Legal das Contas.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria que incluem:
 - Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
 - Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
 - Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
 - Apreciação do saldo registado em tesouraria, com referência a 31 de dezembro de 2014, e acompanhamento da contagem física de caixa, no final do exercício;
 - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;

- Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a extratos das Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2014;
- Solicitação direta a Advogados, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequacidade das provisões ou ajustamentos para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas com referência a 31 de dezembro de 2014, ou do conhecimento da atividade das entidades participadas;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitantes a 2014, que a Autarquia tem a arrecadar e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2015;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e/ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações ocorridas nas diversas rubricas que compõe os Fundos próprios;



**ROSARIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Apreciação e acompanhamento do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento e os limites de endividamento, no final do exercício de 2014;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação de trabalhos efetuados ao nível da contabilidade de custos;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Procedeu-se à avaliação da situação financeira do Município considerando as disposições legais em vigor, impostas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014.

Do trabalho efetuado e das conclusões que foram possíveis obter, relatamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos materiais e relevantes.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de gestão.

Princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental

Na sequência do trabalho efetuado, importa destacar que este tema é o mais relevante para efeitos da tradução da posição financeira e do resultado das operações do Município. Sobre estes aspetos, podemos afirmar que assistimos a uma melhoria na forma de relevância dos factos contabilísticos, que merecem continuidade.

O Município encontra-se sujeito a princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental, conforme previsto nos pontos 3.1, 3.2, 4 e 2.3.4. do POCAL. Apresenta ainda o ponto 2.6 as especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais.

Do ponto de vista orçamental, o POCAL no ponto 2.3.4.2, refere que:

- (d) As despesas só podem ser captadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e só compromisso, respetivamente;
- (e) As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;
- (f) As ordens de pagamento da despesa caducam em 31 de Dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento.

Nestes termos nenhuma despesa pode ser autorizada ou paga sem que:

- a) o facto gerador da obrigação da despesa respeite as normas legais aplicáveis;
- b) a despesa a realizar disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na respectiva dotação e esteja adequadamente classificada;
- c) a despesa a realizar só possa ser comprometida depois de verificada a existência de fundos disponíveis para o seu pagamento atempado, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho); e
- d) a despesa em causa satisfaça o princípio de economia, eficiência e eficácia.

O regime de caixa e o regime do acréscimo inerente ao princípio contabilístico da especialização dos exercícios leva a uma adequação precisa do momento de evidência contabilística dos factos orçamentais (base de caixa) e patrimoniais (base do acréscimo).

Apenas com a evidência das regras acima referidas se estará em condições de apresentar as demonstrações financeiras de acordo com os mapas apresentados no POCAL, no ponto 8.3.6 – Endividamento.

Do ponto de vista da contabilidade patrimonial a aplicação do princípio da especialização dos exercícios (ou do acréscimo), conduz a que não possam ser reconhecidos custos ou proveitos de um exercício noutro exercício, pelo que a contabilização de faturas de terceiros correspondentes a despesas de anos anteriores, não podem afetar os custos do exercício em causa. Isto significa dizer-se que no âmbito orçamental todas as despesas devem ser "comunicadas ao orçamento", devendo o mesmo comportar tais valores e no tocante à contabilidade patrimonial, não se podem contabilizar em custos faturas com datas anteriores ao exercício em curso.

Assim, todas as faturas com data de 2014, apesar de terem dado entrada nos serviços do Município, no início do exercício de 2015, devem ser consideradas para efeitos do encerramento de contas do exercício de 2014.

Cabe destacar a legislação, decorrente da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, que *"Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas"*.

Nos pontos seguintes iremos abordar as contas que foram objeto de apreciação e que maior expressão traduzem nas demonstrações financeiras, apresentando-se o trabalho efetuado e os comentários que cada uma nos merece.

6. NOTAS E COMENTÁRIOS

6.1) Execução orçamental

6.1.1) Orçamento

Solicitaram-se os Mapas de execução orçamental da receita e da despesa, bem como a Execução do plano plurianual de investimentos e Plano das ações mais relevantes, referentes ao exercício de 2014, dos quais foi possível retirar as conclusões abaixo apresentadas.

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial apresentava uma redução de 3,7 milhões de euros face a 2013 e quando comparado com o ano de 2011, a sua redução traduzia-se num valor de cerca de 7,9 milhões de euros.

PREVISUAL INICIAL					VARIAÇÃO 2014/2013	VARIAÇÃO 2014/2011
RECEITAS	2011	2012	2013	2014		
Correntes	7.125.881	7.369.520	8.141.213	7.360.704	-780.509	234.823
Capital	10.362.007	6.780.461	5.149.763	2.195.120	-2.954.643	-8.166.887
TOTAL	17.487.888	14.149.981	13.290.976	9.555.824	-3.735.152	-7.932.064

PREVISUAL INICIAL					VARIAÇÃO 2014/2013	VARIAÇÃO 2014/2011
DESPESAS	2011	2012	2013	2014		
Correntes	7.125.881	7.369.520	8.141.213	7.360.704	-780.509	234.823
Capital	10.362.007	6.780.461	5.149.763	2.195.120	-2.954.643	-8.166.887
TOTAL	17.487.888	14.149.981	13.290.976	9.555.824	-3.735.152	-7.932.064

As alterações orçamentais revelam um aumento de cerca de 856.284 €, passando as previsões corrigidas para o valor de 10.412.108 €.

Face ao valor orçamentado a execução ficou abaixo do valor previsto, devendo ser melhorados os procedimentos inerentes à elaboração do orçamento.

Efetivamente com a entrada em vigor em janeiro de 2014, da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), encontra-se previsto no nº 3, do art.º 56.º, da referida lei que caso o Município registe durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%, são informadas as seguintes entidades: - Membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais; e - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município, os quais devem dar a conhecer o facto aos respeitante Membros, na primeira reunião ou sessão seguinte.

Conforme abaixo é possível verificar a execução da receita, pelo menos desde 2012, é sempre inferior ao padrão de 85% estabelecido como referencial.

Em termos comparativos, podemos verificar que a execução orçamental teve o desempenho visível nos quadros resumo abaixo.

b) Receitas

Analizada a execução da receita (líquida) no exercício de 2014, verifica-se que o grau da receita é de 71,73%, representando a receita corrente 83,52% e a receita de capital apenas 31,73%.

RECEITAS	PREVISÃO		PREVISÃO		VARIAÇÃO 2014/2013				
	2013	2014	INICIAL	CORRIDO		2014	2013	VALOR	%
Correntes	4.813.076	5.831.701	2.360.704	2.360.704	2.968.447	6.147.657	315.055	-4,13%	
Capital	1.855.785	1.300.145	2.195.120	2.545.120	627.378	807.480	-492.664	-6,81%	
Outras	1.178.472	2.039	506.284	2.565	513.644	511.605	-2.039	-0,40%	
TOTAL	7.847.333	7.133.885	9.555.824	10.412.108	3.596.385	7.468.781	334.896	4,69%	
GRAU DE EXECUÇÃO		63,61%	60,53%			83,47%	71,73%		
Corrente	65,34%	71,63%				40,30%	83,52%		
Capital	28,05%	25,25%				24,68%	31,73%		
Outras	101,11%	0,25%				0,61%	101,45%		

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEMESTRE 2014		DOTAÇÃO CORRIGIDA	2014	VALOR	%
			VALOR	%				
RECEITA CORRENTE								
Impostos directos	976.412	976.412	562.329	57,59	976.412	1.036.264		
- IM	567.999	567.999	411.590	72,46	567.999	694.866	122,34	
- IJC	158.972	158.972	85.131	63,65	158.972	165.149	103,89	
- IMT	184.848	184.848	58.388	35,42	184.848	85.588	51,92	
- Derrama	84.590	84.590	7.220	8,54	84.590	90.661	107,18	
- Impostos diretos diversos	3	3			3		0,00	
Impostos indirectos	2.214	2.214	592	26,76	2.214	2.170	98,02	
Taxes, multas e outras penalidades	239.938	239.938	62.818	26,18	239.938	157.183	65,51	
Rendimentos de propriedades	500.756	500.756	97.669	19,50	500.756	381.718	76,23	
Transferências correntes	4.164.990	4.164.990	1.907.202	45,79	4.164.990	3.795.719	91,13	
Venda de bens e prestação de serviços	1.226.653	1.226.653	322.341	26,28	1.226.653	744.105	60,66	
Outras receitas correntes	249.741	249.741	13.491	5,40	249.741	30.498	12,21	
RECEITA DE CAPITAL								
Venda de bens de investimento	1.197.676	1.197.676	13.660	1,14	1.197.676	17.683	1,48	
Transferências de capital	905.863	905.863	263.719	29,11	905.863	439.797	48,55	
Ativos Financeiros	51.450	51.450			51.450		0,00	
Passivos Financeiros	1	350.001	350.000	100,00	350.001	350.000	100,00	
Outras receitas de capital	40130	40.130			40.130		0,00	
OUTRAS RECEITAS								
Reposições não abatidas aos pagamentos			2.565				7.359	
Saldo da Gerência Anterior			506.284				506.284	100,00
TOTAL GERAL	9.555.824	10.412.108	3.596.385	34,54	10.412.108	7.468.781	71,73	



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

c) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 68,42%, tendo a despesa corrente com um grau de execução de 74,39% e a despesa de capital com 53,13%.

DESPESAS	PREVISORAL		PREVISORAL		VARIAÇÃO 2014/2013	
	2012	2013	INICIAL	CORRIDO	VALOR	%
Correntes	5.243.075	5.337.276	7.380.704	7.488.885	2.663.637	4,38%
Capital	1.775.817	2.118.765	2.195.120	2.923.223	1.024.491	-1553.235
TOTAL	7.018.892	7.456.041	9.555.824	10.412.108	3.678.128	7.124.387
GRAU DE EXECUÇÃO	61,46%	69,50%			68,42%	
Corrente	61,46%	69,50%			74,39%	
Capital	26,84%	41,14%			53,13%	

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEMESTRE 2014 VALOR	1º SEMESTRE 2014 %	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2014 VALOR	2014 %
DESPESA CORRENTE	7.380.704	7.488.885	2.663.637	35,43	7.488.885	5.571.162	74,39
Despesas com pessoal	3.412.897	3.518.339	1.398.759	39,76	3.491.914	2.865.072	82,05
Aquisição de bens e serviços	2.890.237	2.695.598	871.376	32,33	2.765.626	1.946.798	70,39
Juros e outros encargos	189.161	279.378	123.634	44,25	268.857	190.209	71,28
Transferências correntes	652.217	743.523	190.218	25,58	723.784	423.647	58,53
Subsídios	35	35			35		
Outras despesas correntes	216.157	252.012	69.850	27,64	240.669	145.426	60,43
DESPESA DE CAPITAL	2.195.120	2.923.223	1.024.491	35,05	2.923.223	1.553.235	53,13
Aquisição de bens de capital	1.555.162	1.636.589	401.827	24,55	1.621.001	720.484	44,45
Transferências de capital	6.017	101.259	32.635	32,23	101.259	6.000	5,93
Ativos financeiros	8.435	4			4		
Passivos financeiros	626.501	995.501	481.674	48,39	1.011.089	637.323	63,03
Outras despesas de capital	1.005	189.871	108.355	57,07	189.871	189.428	99,77
TOTAL GERAL	9.555.824	10.412.108	3.678.128	35,33	10.412.108	7.124.387	68,42

Ao nível da execução das despesas correntes, destaca-se a rubrica de despesas com o pessoal, com um grau de execução de 82,05%. Ao nível da despesa de capital as aquisições de bens de capital, seguida dos passivos financeiros destacam-se, com uma execução de 44,45% e 63,03%, num total de despesa paga de cerca de 7,1 milhões de euros.



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte:

	FUNDOS DISPONÍVEIS ESTIMADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	3.724.122	1.605.716	2.118.406		1.605.716
FEVEREIRO	4.203.493	3.345.740	857.753	817.030	2.528.711
MARÇO	4.891.861	3.885.957	1.005.904	1.385.198	2.500.759
ABRIL	5.313.724	4.282.067	1.031.657	1.851.152	2.430.915
MAIO	5.812.727	4.943.837	868.890	2.482.415	2.461.422
JUNHO	6.155.087	5.522.712	632.375	2.965.307	2.557.405
JULHO	6.583.751	6.221.675	362.077	3.678.054	2.543.620
AGOSTO	7.142.811	6.596.172	546.638	4.419.763	2.176.410
SETEMBRO	7.501.881	7.176.732	325.149	4.954.998	2.221.734
OUTUBRO	8.158.984	7.343.725	815.259	5.426.106	1.917.619
NOVEMBRO	8.945.633	8.175.456	770.177	6.017.937	2.157.519
DEZEMBRO	9.381.378	8.490.451	890.927	6.465.618	2.024.833

e) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Em termos finais o valor dos compromissos por pagar ascenderam a 2.173.054,95€, conforme mapa do controlo orçamental da despesa:

31-12-2014	COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO		
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR
	CORRENTES	6.667.899,19	5.571.151,64
	CAPITAL	2.629.542,64	1.553.235,24
TOTAL		9.297.441,83	7.124.386,88
			2.173.054,95

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 3,5 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento. Recomenda-se por isso, a continuidade de trabalhos desenvolvidos ao nível do controlo interno, quanto ao registo dos compromissos futuros.

Os valores assumidos para compromissos futuros e compromissos do ano por pagar estão alocados às seguintes classificações, perfazendo o valor de 5.627.016,82€.

	COMPROMISSOS	
	POR PAGAR	FUTUROS
01 Despesas com o pessoal	169.355,67	30.945,98
02 Aquisição de bens e serviços	624.505,49	52.319,31
03 Juros e outros encargos	50.148,23	242.920,63
04 Transferências correntes	167.547,91	17.577,02
06 Outras despesas correntes	85.190,35	
07 Aquisição de bens de capital	707.319,44	135.642,08
08 Transferências de capital	1.000,00	
10 Passivos financeiros	367.987,96	3.003.051,34
Total	2.173.054,95	3.482.456,38
	5.627.016,82	

O horizonte temporal dos compromissos para exercícios futuros encontra-se repartido de acordo com o mapa seguinte:

2015	2016	2017	seguintes
454.125,04	371.046,02	338.840,94	2.318.444,36
		3.482.456,36	

f) Equilíbrio orçamental

Como se constata nos dados da execução do orçamento final, o princípio do equilíbrio orçamental corrente foi respeitado, verificando-se que as receitas correntes são superiores às despesas correntes ($RC > DC$)

	2012	2013	1 SEMESTRE 2014	2014
2012	0,92	1,09	1,12	1,10
RECEITA CORRENTE				
DESPESA CORRENTE				

Todavia a nova lei das finanças locais, prevê no seu art.º 40º, uma nova definição para efeitos de equilíbrio orçamental.

Efetivamente a partir de 1 de janeiro de 2014, o equilíbrio orçamental é apurado nos seguintes termos:



Dado que o empréstimo de curto prazo, não foi pago no final do exercício, desrespeitando o disposto no art.º50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, assumiu-se que o mesmo se traduzia numa dívida de médio e longo prazo, passando em nossa opinião, a constar das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Desta forma apuramos os seguintes valores de amortizações médias:

BASE	PARA	AMORT. MÉDIAS
2011	2012	280.901,98
2012	2013	282.289,00
2013	2014	632.293,43



**ROSARIO, GRACA
& ASSOCIADOS**
SROC, LDA.

Procedeu-se ao apuramento da nova regra de equilíbrio orçamental, apresentando a mesma os seguintes valores:

		31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
1.	Receita corrente bruta cobrada	4.813.076,19 €	5.831.701,29 €	6.147.656,52 €
2.	Despesa corrente	5.243.074,82 €	5.337.276,15 €	5.571.151,64 €
3.	Amortização média de emp. ML Prazo	280.901,98 €	282.289,00 €	332.293,43 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	5.523.976,80 €	5.619.565,16 €	6.203.445,07 €
5. = 1. - 4.	EQUILÍBIO ORÇAMENTAL	-710.900,61 €	-212.138,14 €	-55.788,55 €
6.	Receita corrente líquida (1)	4.813.076,19	5.831.701,29	6.147.656,52
7. = 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	240.853,81 €	291.585,06 €	307.382,83 €
8. = 5. + 7.	Equilíbrio orçamental	-470.248,80 €	-503.721,21 €	-251.584,28 €

(1) Considerada como as receitas correntes totais

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para os períodos identificados, concluímos que o equilíbrio orçamental se encontra dentro dos limites permitidos pela lei.

6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos

Da análise ao mapa de execução do PPI, constata-se que a execução atingiu um grau, em termos anuais de 44,45%, e em termos globais de 56,47%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU EXECUÇÃO (%)	
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	19.408	30.000	49.408	114.984	6.036	121.020	31,10	73,62
- Serv. Gerais Adm. Pública	19.408	30.000		114.984	6.036			
FUNÇÕES SOCIAIS	1.028.138	1.789.300	2.817.438	2.544.114	465.168	3.009.283	45,24	56,13
- Educação	25.850	37.500		80.503	24.638			
- Saúde	77.739			216.044	59.948			
- Segurança e Ações Sociais	1.319	17.000			676			
- Habitação e Serviços Coletivos	380.416	987.800		284.520	185.127			
- Serv.Culturais Rec.Religiosos	562.714	737.000		1.963.047	194.681			
FUNÇÕES ECONÓMICAS	408.251	458.500	866.751	395.947	151.249	547.196	37,05	43,34
- Indústria e Energia	81.580	167.000		13.611	14.657			
- Transportes e comunicações	328.930	263.000		382.435	124.599			
- Comércio e Indústria	17.761	28.600			11.793			
OUTRAS FUNÇÕES	165.204	218.343	383.547	630.045	98.030	728.076	59,34	71,83
- Outras não especificadas	165.204	218.343		630.045	98.030			
TOTAL GERAL	1.621.001	2.496.143	4.117.144	3.685.090	720.484	4.405.574	44,45	56,47



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.3) Execução do plano de atividade municipal

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 70,86% e global de 34,4%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	36.529	109.500	146.029	57.949	29.624	87.574	81,10	42,93
- Serv. Gerais Adm. Pública	8.477	9.000	26.603	1.722				
- Segurança e Ordem Pública	28.052	100.500	31.347	27.902				
FUNÇÕES SOCIAIS	774.292	1.798.450	2.572.742	483.320	547.432	1.030.752	70,70	33,73
- Educação	178.170	558.000	8.302	154.681				
- Saúde	15.883	68.000	3.807	4.792				
- Segurança e Ações Sociais	196.754	534.000	67.003	146.559				
- Habitação e Serviços Coletivos	19.911	30.000	1.656	7.673				
- Serv.Culturais Rec.Religiosas	383.574	608.450	402.752	233.727				
FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.954	22.800	27.754	3.724	2.668	6.392	53,86	20,31
- Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3.962	1.800		1.883				
- Comércio e Turismo	992	21.000	3.724	785				
OUTRAS FUNÇÕES	21.768	16.000	37.768	10.394	13.759	24.152	63,21	50,15
- Diversas não especificadas	21.768	16.000		10.394	13.759			
TOTAL GERAL	837.543	1.946.750	2.784.293	555.387	593.483	1.148.870	70,86	34,40

6.2) Análise Patrimonial

6.2.1) Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, do quadriénio de 2011 a 2014.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 26.772.433,05€ representando o imobilizado cerca de 97% do ativo total.

Código contas POCAL	Ativo	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público:									
453	Outras construções e infra-estruturas	27.376.922,70	86,08	27.769.847,23	91,93	27.808.677,03	95,33	27.998.536,49	104,58	0,88
455	Bens do património hist. art. e cultural	199.111,61	0,63	199.111,61	0,66	199.212,59	0,68	199.212,59	0,74	0,00
445	Imobilizações em curso	326.587,45	1,03	35.342,16	0,12	35.342,16	0,12	0,00	0,00	-100,00
485	Amortizações acumuladas	14.583.065,08	45,78	15.883.720,89	52,58	17.200.083,55	58,96	18.674.434,18	69,75	8,57
		113.398.666,66	100,00	12.240.560,11	100,00	13.843.445,23	100,00	16.514.514,90	100,00	12,17
	Imobilizações Incorpóreas:									
432	Despesas de investe. de desenvolvimento	976.306,57	3,08	978.300,67	3,24	993.506,57	3,41	993.506,57	3,71	0,00
443	Imobilizações em curso	28.420,00	0,09	48.420,00	0,18	68.420,00	0,23	77.420,00	0,29	13,16
483	Amortizações acumuladas	752.257,30	2,37	843.302,44	2,79	939.439,47	3,22	954.422,98	3,58	1,59
		1.024.466,27	100,00	1.034.241,13	100,00	1.122.457,10	100,00	1.165.933,81	100,00	3,68
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	3.675.022,66	11,58	3.675.655,68	12,17	3.669.855,72	12,58	3.655.894,44	13,66	-0,38
422	Edifícios e outras construções	15.520.278,06	48,80	15.816.553,02	51,70	15.872.442,23	53,73	17.203.373,98	64,26	9,77
423	Equipamento básico	1.349.041,52	4,24	1.388.624,35	4,59	1.424.241,87	4,88	1.496.721,40	5,59	5,09
424	Equipamento de transporte	1.602.781,52	5,04	1.613.395,06	5,34	1.822.195,83	5,56	1.655.876,18	6,19	2,08
425	Ferramentas e utensílios	88.837,83	0,28	91.033,74	0,30	91.412,88	0,31	93.465,10	0,35	2,26
428	Equipamento administrativo	689.108,93	2,17	705.078,82	2,33	705.229,12	2,42	723.824,00	2,70	2,64
428	Equipamento informático	63.823,04	0,20	76.388,98	0,25	77.301,32	0,28	77.301,32	0,29	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	180.791,72	0,57	181.252,13	0,60	182.077,58	0,62	187.958,31	0,70	3,23
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	391.070,63	1,23	994.853,29	3,29	1.821.138,01	6,24	776.698,31	2,90	-57,35
448	Adiantamentos por conta de imob.corpóreas	369.791,75	1,16	437.500,04	1,45	500.000,00	1,71	0,00	0,00	-100,00
482	Amortizações acumuladas	7.442.690,31	23,40	8.209.861,00	27,18	8.901.514,76	30,52	9.838.021,68	36,00	8,27
		16.486.271,35	100,00	16.366.476,89	100,00	16.884.379,78	100,00	16.233.091,32	100,00	3,74
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	56.129,50	0,18	56.129,60	0,19	56.129,80	0,19	51.450,00	0,19	-8,34
491	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.450,00	0,19	100,00
		56.129,50	100,00	56.129,60	100,00	56.129,80	100,00	0,00	0,00	100,00
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.642,44	0,18	100,00
		0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	48.642,44	0,18	100,00
	Dividas de terceiros - Curto prazo:									
212	Contribuinte c/c	34.986,11	0,11	38.154,74	0,13	39.011,65	0,13	49.387,74	0,18	28,80
213	Utentes c/c	174.314,57	0,55	79.159,03	0,26	253.397,91	0,87	232.189,52	0,87	-9,37
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	62.169,06	0,20	80.603,82	0,27	82.590,32	0,28	85.858,84	0,32	3,96
24	Estado e outros entes públicos	25.196,17	0,08	91.019,44	0,30	58.373,34	0,20	12.488,26	0,05	100,00
242+243+247+248	Outros devedores	68.183,07	0,21	75.984,40	0,25	62.351,97	0,21	82.577,46	0,31	-78,81
291	Provisões para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,44
		245.431,34	100,00	212.972,03	100,00	171.021,24	100,00	209.065,67	100,00	19,39
	Depósitos em instit. financeiras e caixa									
13	DGAL/Montantes afetos ao FIM	1.313.631,46	4,13	987.742,81	3,20	694.237,13	2,38	89.452,00	0,33	100,00
12	Depósitos em instit. financeiras	2.760,35	0,01	435,28	0,00	688,15	0,00	892,85	0,00	-45,00
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,89
		1.316.291,61	100,00	988.178,07	100,00	694.237,13	100,00	472.202,44	100,00	-3,49
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos de provélos	83.061,08	0,26	74.623,28	0,25	174.652,82	0,60	69.371,20	0,28	-60,28
272	Custos diferidos	18.160,28	0,08	21.884,44	0,07	43.735,49	0,15	10.221,43	0,04	-78,83
		101.221,36	100,00	106.507,72	100,00	218.388,31	100,00	79.592,63	100,00	-13,56
	TOTAL DO ATIVO	31.804.437,91	100,00	30.206.269,15	100,00	29.170.489,55	100,00	26.772.433,05	100,00	-8,22



**ROSARIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 20.086.916,13€, apurando um resultado líquido negativo de 1.684.636,61€.

Códigos contas FOCAL	Fundos próprios	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
51	Fundos próprios:									
51	Património	29.924.706,67	94,09	29.924.706,67	99,07	29.928.098,50	102,60	29.928.098,50	111,79	
574	Reservas:									
577	Reservas livres	3.761,19	0,01	3.761,19	0,01	3.761,19	0,01	3.761,19	0,01	
578	Reservas decorrentes da Transferência de Alíhos Usucapão	1.222.697,67	3,64	1.222.381,88	4,05	1.224.206,90	4,20	1.224.206,90	4,57	
59	Resultados transitados	113.070,00	0,36	113.070,00	0,37	113.070,00	0,39	113.070,00	0,42	
88	Resultado líquido do exercício	-6.249.511,53	-19,65	-7.146.460,88	-23,66	-8.426.881,72	-28,88	-9.497.583,85	-35,48	
		-1.307.063,25	-4,11	-1.381.421,68	-4,57	-1.044.411,19	-3,58	-1.684.636,61	-6,29	12,72
		23.707.860,76	74,54	22.730.037,16	75,27	21.795.643,88	74,73	20.936.016,13	76,03	61,30
										9,95

c) Passivo

O passivo total sofreu uma diminuição de 9,31%, face ao ano transato, ascendendo a 6.685.516,92€.

Códigos contas FOCAL	Fundos próprios e passivo	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
292	Passivo:									
	Provisões para riscos e encargos							115.232,23	0,43	100,00
								115.232,23	0,43	100,00
2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:									
2813	Dividas a instituições de crédito	3.710.408,38	11,67	3.450.381,05	11,42	3.299.898,43	11,31	3.012.058,08	11,25	-8,72
2616	Fornecedores de imobilizado locação financeira	312.851,83	0,98	220.688,39	0,73	130.411,35	0,45	102.427,75	0,38	-21,48
	Fornecedores de imobilizado caução	103.649,19	0,33	92.904,45	0,31	48.280,33	0,17	37.284,04	0,14	-22,79
		4.126.309,40	12,98	3.763.371,69	12,48	3.478.670,11	11,92	3.181.746,47	11,77	9,40
	Dividas a terceiros - Curto prazo:									
2311	Dividas a instituições de crédito	280.000,00	0,88	300.000,00	0,99	350.000,00	1,20	350.000,00	1,31	
221	Fornecedores, c/c	1.493.330,38	4,70	1.330.228,78	4,40	1.391.957,78	4,77	973.831,55	3,64	-30,04
228	Fornecedores - Facturas em rec.e conferência							4.683,34	0,02	-100,00
219	Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes							36.881,66	0,13	-93,05
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	552.851,62	1,74	708.558,82	2,35	453.871,71	1,56	450.593,88	1,68	-0,72
24	Estado e outros entes públicos	42.889,92	0,13	56.511,79	0,19	74.917,22	0,26	68.882,43	0,26	-8,08
262+263+265 5+6+7+266	Outros credores	10.901,47	0,03	41.501,16	0,14	94.991,37	0,33	55.387,26	0,21	-41,71
217	Garantias e Cauções	18.257,20	0,06	18.395,20	0,06	18.811,85	0,06	18.858,85	0,07	-0,81
		2.396.230,63	7,94	2.452.755,76	8,15	2.426.694,93	8,32	2.191.683,93	7,17	12,06
	Acréscimos e diferimentos									
273	Acréscimos de custos	178.828,40	0,58	199.859,14	0,66	375.397,11	1,29	410.062,66	1,53	9,23
274	Proventos diferidos	1.392.808,77	4,38	1.043.645,19	3,48	1.091.783,72	3,74	1.088.588,21	4,07	-0,29
		1.571.637,17	5,00	1.243.654,33	4,12	1.467.169,93	5,03	1.496.650,97	5,00	21,07
	TOTAL DO PASSIVO	8.096.777,16	25,46	7.470.231,07	24,73	7.371.645,87	25,27	6.085.516,92	24,97	-9,31
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	31.804.437,91	100,00	30.206.269,15	100,00	29.170.489,55	100,00	26.772.433,05	100,00	-8,22

d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a dívida totaliza cerca de 4.941.275 €, já que as provisões para riscos e encargos, os acréscimos e diferimentos, os adiantamentos de clientes e o valor das operações de tesouraria não representam dívida.

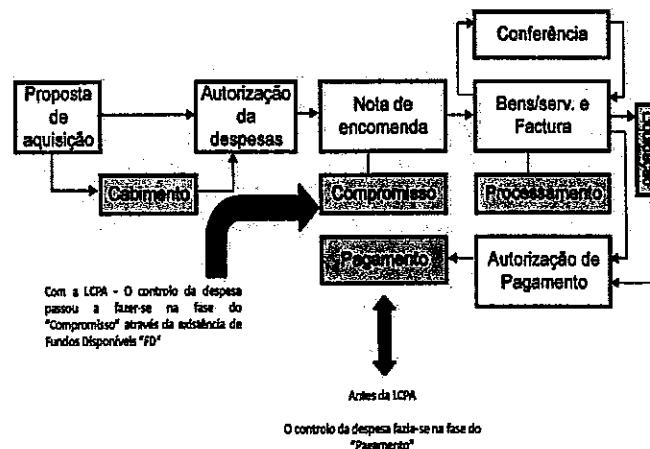
TOTAL PASSIVO	6.685.516,92
(-) PROVISÕES	115.232,23
(-) ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	2.550,00
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	1.498.650,87
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	127.808,76
TOTAL DA DÍVIDA	4.941.275,07

Importa referir que as provisões podem, eventualmente, em sede de conclusão dos processos, vir a representar dívida efetiva cuja responsabilidade o Município poderá ter que vir a reconhecer.

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que merece atenção controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; e - Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

O ciclo da despesa mantém-se igual ao que se encontrava definido e em vigor antes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com exceção do momento em que a garantia do seu pagamento se encontra assumido. O referido momento viu-se antecipado para o momento da assunção do compromisso, em detrimento do momento de pagamento, conforme esquema seguinte e que exige a disponibilidade de Fundos Disponíveis para a sua realização.





**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS**
SROC, LDA.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) Endividamento/Dívida total, deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2.2) Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2011 a 2014:

CUSTOS E PERDAS	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas									
62 Fornecimentos e serviços externos	2.190.513,64	32,02	2.033.674,61	32,63	1.981.108,87	29,17	2.200.986,56	33,47	12,23
63 Transf. subv. correntes conced. e prest. sociais	264.611,59	3,87	439.216,02	7,05	369.189,01	5,79	331.631,30	5,04	-14,81
64 Custos com o pessoal	3.186.307,42	46,58	2.719.705,74	43,64	3.138.700,52	46,68	2.840.508,38	43,19	-9,50
66 Amortizações do exercício	2.235.266,68	32,68	2.183.267,17	35,03	2.109.573,36	31,38	2.149.327,23	32,68	1,38
67 Provisão do exercício	564,31	0,01	7.761,33	0,12			135.497,72	2,06	100,00
65 Outros custos perdas operacionais	35.306,39	0,52	9.541,89	0,15	4.801,88	0,07	18.340,12	0,28	281,94
(A) CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	7.812.709,03	11,67	7.363.139,88	11,93	7.003.973,94	11,09	7.470.131,51	11,73	1,06
68 Custos e perdas financeiros	151.771,99	2,22	161.972,50	2,60	134.981,47	2,01	262.874,04	4,00	64,73
(C) CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	151.771,99	2,22	161.972,50	2,60	134.981,47	2,01	262.874,04	4,00	64,73
(C) CUSTOS E PERDAS CORRENTES	1.664.580,02	11,82	1.745.159,04	12,23	1.773.144,51	11,16	1.939.206,54	12,73	1,59
69 Custos e perdas extraordinários	83.274,59	1,22	58.402,50	0,84	28.335,06	0,44	321.714,13	4,69	998,69
(E) Custos e perdas extraordinários	83.274,59	1,22	58.402,50	0,84	28.335,06	0,44	321.714,13	4,69	998,69
88 Resultado líquido do exercício	1.307.053,25	-19,11	-1.381.421,68	-22,17	-1.044.411,19	-15,53	-1.684.636,61	-25,62	-0,60
TOTAL GERAL	6.840.773,38	100,00	6.232.139,88	100,00	6.723.288,98	100,00	6.576.882,87	100,00	-2,19

PROVETOS E GANHOS	2011		2012		2013		2014		Variação 2014/2013 (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71 Vendas e prestações de serviços	1.102.727,05	16,12	976.590,81	15,67	1.109.445,87	16,50	1.048.691,13	15,95	-5,48
72 Impostos e taxas	1.083.958,38	15,85	998.389,23	16,02	1.294.810,72	19,25	1.147.181,75	17,44	-11,38
73 Proveitos suplementares	49.819,43	0,73	1.082,77	0,02	2.802,21	0,04	28.333,89	0,40	911,97
74 Transf. e subsídio obtidos	4.379.762,47	64,02	4.140.282,53	68,45	4.230.978,22	62,93	4.185.735,14	63,65	-1,07
(D) PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	1.618.287,33	23,72	1.618.348,34	26,14	1.637.537,02	25,72	1.674.441,71	27,24	-2,40
78 Proveitos e ganhos financeiros	21.998,84	0,32	9.507,76	0,15	6.138,27	0,08	8.617,73	0,13	65,77
(D) PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	21.998,84	0,32	9.507,76	0,15	6.138,27	0,08	8.617,73	0,13	65,77
(D) PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	1.639.286,17	23,74	1.628.855,10	26,12	1.643.675,34	25,70	1.681.458,44	27,23	-2,41
79 Proveitos e ganhos extraordinários	202.487,39	2,96	105.270,78	1,71	80.613,09	1,20	159.623,43	2,43	68,01
(E) PROVEITOS E GANHOS EXCEPCIONAIS	202.487,39	2,96	105.270,78	1,71	80.613,09	1,20	159.623,43	2,43	68,01
TOTAL GERAL	6.840.773,38	100,00	6.232.139,88	100,00	6.723.288,98	100,00	6.576.882,87	100,00	-2,19

RESUMO:	2011		2012		2013		2014		VARIAÇÃO 2014/2013 (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Resultados operacionais (B) - (A)	-1.206.502,70	-18,05	-1.276.831,22	-20,49	-965.836,62	-14,37	-1.263.189,00	-19,28	31,30
Resultados financeiros (D) - (C)	-129.773,35	-1,90	-152.464,74	-2,45	-129.853,20	-1,93	-251.356,31	-3,87	95,88
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-1.426.276,05	-20,85	-1.429.295,96	-22,93	-1.095.680,82	-16,30	-1.522.545,91	-23,15	38,96
Resultados extraordinários (F) - (E)	119.212,80	1,74	47.874,28	0,77	51.278,63	0,76	-162.090,70	-2,46	-416,10
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	-1.307.053,25	-19,11	-1.381.421,68	-22,17	-1.044.411,19	-15,53	-1.684.636,61	-25,62	61,30

O resultado líquido negativo de 1.684.636,61€ decorre fundamentalmente da existência de resultados operacionais negativos. Face ao ano transato o resultado líquido variou para um valor de maior expressão negativa, em cerca de 640 mil euros.

6.3) Análise das Principais Contas

6.3.1) Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico, dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2014.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Foram analisadas as variações mais significativas, às quais tecemos as nossas apreciações nas alíneas seguintes.

a) Bens de domínio público

BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
453	Outras construções e infra-estruturas	27.376.922,70	27.769.847,23	27.808.677,03	27.898.536,49	189.859,46
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	199.111,61	199.111,61	199.212,59	199.212,59	
445	Imobilizações em curso	326.597,45	35.342,16	35.342,16	35.342,16	-35.342,16
	TOTAL	27.902.631,76	28.004.301,00	28.043.231,78	28.197.749,08	154.517,30

A variação da rubrica #45.3 – Outras Construções e infraestruturas é decorrente da contabilização de faturas relativas a trabalhos executados.

b) Imobilizado Incorpóreo

As imobilizações incorpóreas apresentam o saldo de 1.070.926,57 €, não sofrendo qualquer alteração no exercício de 2014, para além do aumento do imobilizado em curso. Acresce referir que cerca de 96% das despesas de investigação e desenvolvimento já se encontram amortizadas.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	978.306,57	978.306,57	993.506,57	993.506,57	
443	Imobilizações em curso	28.420,00	48.420,00	68.420,00	77.420,00	9.000,00
	TOTAL	1.006.726,57	1.026.726,57	1.061.926,57	1.070.926,57	9.000,00

c) Imobilizado corpóreo

As imobilizações corpóreas discriminam-se da seguinte forma:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
421	Terrenos e recursos naturais	3.675.022,66	3.675.655,68	3.669.855,72	3.655.894,44	-13.961,28
422	Edifícios e outras construções	15.520.728,06	15.616.558,02	15.672.442,23	17.203.373,96	1.530.931,73
423	Equipamento básico	1.349.041,52	1.386.624,35	1.424.241,87	1.496.721,40	72.479,53
424	Equipamento de transporte	1.602.761,52	1.613.395,06	1.622.195,83	1.655.876,16	33.680,33
425	Ferramentas e utensílios	88.837,83	91.033,74	91.412,86	93.485,10	2.052,24
426	Equipamento administrativo	689.106,93	705.078,62	705.229,12	723.824,00	18.594,88
428	Equipamento informático	63.023,04	76.386,96	77.301,32	77.301,32	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	180.791,72	181.252,13	182.077,58	187.958,31	5.880,73
442	Imobilizações em curso	391.070,63	894.853,29	1.621.138,01	778.698,31	-1.044.439,70
448	Adiantamentos por conta de imob.corpóreas	369.791,75	437.500,04	500.000,00	500.000,00	-500.000,00
TOTAL		23.930.975,66	24.778.337,89	25.765.894,54	25.871.113,00	105.218,46

Destaca-se a rubrica de edifícios e outras construções, com uma oscilação positiva de 1.530.931,73€, essencialmente, por via do encerramento de obras em curso e da concretização da escritura do imóvel, para o qual já havia sido recebido um adiantamento, no montante de 500.000€.

d) Investimentos financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
411	Partes de capital	56.129,60	56.129,60	56.129,60	51.450,00	-4.679,60
49	Provações para investimentos financeiros				51.450,00	51.450,00
	TOTAL	56.129,60	56.129,60	56.129,60	-	-56.129,60

O total dos investimentos financeiros ascende a zero euros, dado o ajustamento efetuado no valor da participação financeira na empresa EDC, Mármores, S.A., por motivo das conhecidas dificuldades com que a empresa se debate.

Foram ainda efetuados ajustamentos aos valores reconhecidos em anos anteriores, a título de partes de capital, dado que os mesmos não representavam qualquer participação de capital, mas sim pagamentos de quotas anuais a associações. O detalhe dos saldos nos anos de 2013 e 2014 é o seguinte:

	2013	2014
Participações sociais		
- ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE ÉVORA	1.079,60	
- EDC MARMORES SA	51.450,00	
- ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL	3.600,00	
TOTAL	56.129,60	-

e) Imobilizações em curso

O imobilizado em curso variou negativamente em 1.570.781,86€, por via de encerramento de obras e escritura de compra e venda:

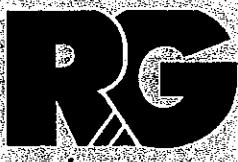
IMOBILIZADO EM CURSO		2013	2014	Variação 2014/2013
448	Adiantamentos p/conta Imob Corp	500.000,00	0,00	-500.000,00
		500.000,00	0,00	-500.000,00
445	Bens de domínio público:			
44531	Viadutos Arrumamentos e Obras Complam	35.342,16		-35.342,16
44532	Parques e Jardins			
44537	Viação Rural			
		35.342,16	0,00	-35.342,16
443	Imobilizações Incorpóreas			
4432	Despesas Investigação e desenvolvimento	3.420,00	3.420,00	0,00
4433	Propriedade Industrial e outros direitos	65.000,00	74.000,00	8.000,00
		68.420,00	77.420,00	8.000,00
442	Imobilizações corpóreas:			
4422	Edifícios e Outras Construções	1.808.601,34	776.243,98	-1.032.357,36
4423	Equipamento Básico	12.536,67	454,35	-12.082,32
		(1.821.138,01)	(76.789,63)	(1.042.336,70)
TOTAL		2.424.900,17	854.118,31	-1.570.781,86

f) Amortizações

As amortizações do exercício apresentam as seguintes variações:

		2013	Valor 66	REGULARIZAÇÕES	2014	Variação 2014/2013
4852	Bens de domínio público:					
4853	Edifícios	17.168.465,31	1.470.208,43	-729,77	18.639.403,61	1.470.938,20
4855	Outras construções e Infra-estruturas	31.618,24	3.648,99	236,56	35.030,67	3.412,43
	Bens do património hist., art. e cultural					
		17.400.083,55	1.473.857,42	1.403,21	18.574.941,68	1.174.858,63
4832	Imobilizações Incorpóreas:					
	Despesas de investe de desenvolvimento	939.439,47	14.983,49		954.422,98	14.983,49
		939.439,47	14.983,49		954.422,98	(1683,49)
4821	Imobilizações corpóreas:					
4822	Terrenos e recursos naturais	28.012,20	17.075,65		45.087,85	17.075,65
4823	Edifícios e outras construções	5.372.059,72	430.042,57	-78.939,79	5.881.042,08	508.982,36
4824	Equipamento básico	1.226.138,83	76.008,03		1.302.144,86	76.006,03
4825	Equipamento de transporte	1.322.325,31	100.016,90	-0,01	1.422.342,22	100.016,91
4826	Ferramentas e utensílios	88.810,15	2.122,94		90.933,09	2.122,94
4827	Equipamento administrativo	631.036,72	29.027,56	2.919,20	657.145,08	26.108,36
4828	Equipamento Informática	76.492,05	404,63		78.896,68	404,63
4829	Outras Imobilizações corpóreas	158.639,78	5.790,04		162.429,82	6.790,04
		8.391.574,76	600.486,32	(76.027,60)	9.035.021,65	(35.506,92)
TOTAL		27.041.037,78	2.149.327,23	-76.513,81	29.266.878,82	2.225.841,04

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.



**ROSARIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.2) Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das existências.

Comentários

- a) O Município não tinha nos seus procedimentos, o reporte de qualquer valor a título de existências.
- b) No final do exercício foram efetuados trabalhos de inventariação dos diversos materiais existentes, mas apenas foram refletidos para efeitos de prestação de contas, parte dos seus inventários.
- c) O valor das existências ascende a 48.642,44€, reportado a título de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, mas que verdadeiramente representam mercadorias (materiais de economato e limpeza).
- d) Não foi comunicado o inventário à Autoridade Tributária, o qual deveria ter sido entregue até 31 de Janeiro de 2015.

Dada a importância do movimento global das compras e armazéns, esta área merece a introdução de procedimentos de maior consistência e fiabilidade, de forma a permitir o seu adequado controlo. Este assunto tem particular relevância para efeitos de cumprimento de regras de contratação pública, em especial quanto a contratos de natureza regular e de consumo anual.

6.3.3) Dívidas a receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das dívidas a receber.



**ROSARIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Comentários

- a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 299.085,67 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação
					2014/2013
21.2 - Contribuinte c/c	34.986,11	38.154,74	39.011,65	49.387,74	10.376,09
21.3 - Utentes	174.314,57	79.159,03	253.397,91	232.189,52	-21.208,39
21.8 - Cobrança Dúvida	82.169,06	80.603,82	82.590,32	85.858,64	3.268,32
291 Provisão para cobrança dúvida	-68.183,07	-75.964,40	-62.351,97	-82.577,46	-20.225,49
24 Estado e outros entes Públicos				1.738,97	1.738,97
26 Outros Devedores	25.196,17	91.019,44	58.373,34	12.488,26	
26.8.2 - Transf. p/Aut. Locais	4.629,60	77.035,51	50.253,89		-50.253,89
26.8.7 - Rendas de Habitação Resoluvel	3.141,28	3.141,28			
26.8.8 - Outras Receitas Correntes	17.425,29	10.842,65	8.119,45	12.488,26	4.368,81
TOTAL	248.482,84	212.972,63	371.021,25	299.085,67	-71.935,58

O valor das receitas por cobrar no final do exercício, refletido no mapa do controlo orçamental da receita, ascende a 229.344,69€. Este valor quando comparado com o valor apresentado no balanço, antes de deduzido das provisões para créditos de cobrança dúvida (381.663,13€), apresenta uma diferença de 152.318,44€, a qual se encontra em fase de apuramento.

Dos documentos de prestação de contas, consta uma declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2014, cujo valor ascende a 230.936,54€.

Face ao acima referido propõe-se a conciliação dos valores de forma a apurar o correto valor a receber por parte do Município.

- b) A conta de Estado e outros entes públicos decorre do IVA a recuperar no montante de 1.738,97€, encontrando-se o valor concordante com a declaração entregue respeitante a dezembro de 2014.

- c) Os valores a receber identificados na conta (#26.8.8), respeitam a:

26.8.8	- Outras Receitas Correntes	
	INSTITUTO SEGURANCA SOCIAL, IP	10.244,23
	OUTROS DEVEDORES - DIVERSOS AGREGADOS	2.054,18
	DIVERSOS	189,85
	TOTAL	12.488,26



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.4) Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2014;
- Acompanhamento e apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à tesouraria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

CONTA		2011	2012	2013	2014
11	Caixa				
111	Caixa	2.760,35	435,26	698,15	892,85
TOTAL		2.760,35	435,26	698,15	892,85
CONTA		2011	2012	2013	2014
12	Depósitos em Instituições Financeiras				
121	Caixa Geral de Depósitos	1.146.947,41	931.398,99	681.227,17	188.239,78
122	Banco Santander Totta, S.A.	160.070,38	7.258,30	6.689,79	15.772,97
124	Millenium BCP	859,43	1.725,26	3.026,29	19.608,61
125	BPI - Banco BPI, SA	2.201,68	1.281,80	2.753,58	677,71
127	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Alto Guadiana	3.452,56	26.078,46	540,30	157.560,56
13	DGAL/MONTANTES AFETOS AO FRM				89.452,00
TOTAL		1.313.531,46	967.742,81	694.237,13	471.309,63

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registrar.

SALDO FINAL					
	2011	2012	2013	2014	
- Execução orçamental	1.165.581,62	828.440,87	506.284,46	344.393,73	
- Operações de tesouraria	150.710,19	139.737,20	188.650,82	127.808,75	
Saldo da gerência anterior	1.316.291,81	968.178,07	694.935,28	472.202,48	

- c) Acompanharam-se as contagens de final de exercício, de forma a confirmar os montantes expressos no Balanço e Mapa de operações de tesouraria, não existindo factos a reportar.
- d) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade. As diferenças detetadas foram verificadas através das conciliações bancárias à mesma data.

6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 79.592,63€, tal como apresentado no quadro seguinte:

CONTA					Variação 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
27 Acréscimos e diferimentos					
27.1 - Acréscimos de proveitos	83.061,08	74.623,28	174.652,82	69.371,20	-1,80
Juros a Receber	2,00	1,80	1,80		-105.279,82
Outros Acréscimos de proveitos	83.059,08	74.621,48	174.651,02	69.371,20	
27.2 - Custos diferidos	18.160,28	21.884,44	43.735,49	10.221,43	-33.514,09
Seguros	18.160,28	21.884,44	43.735,49	10.221,43	
TOTAL	101.221,36	96.507,72	218.388,31	79.592,63	-138.795,62

- b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- Acréscimos de proveitos (#27.1):
 - ✓ Impostos diretos, transportes escolares, rendas e transferências de entidades externas, referentes à receita recebida em 2015 e que respeita ao mês de dezembro de 2014.
- Custos diferidos (#27.2):
 - ✓ Seguros pagos em 2014, cujo custo a reconhecer ocorre em 2015.

6.3.6) Fundo patrimonial

- a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	Saldo Inicial 1-1-2014	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	Saldo final 31-12-2014
51 - Património	29.928.098,50				29.928.098,50
57 - Reservas :	1.341.038,09				1.341.038,09
574 - Reservas livres	3.761,19				3.761,19
577 - Res.decor.da transf.de ativos	1.224.206,90				1.224.206,90
578 - Usucapção	113.070,00				113.070,00
59 - Resultados transitados	-8.425.881,72	-1.044.411,19		-27.290,94	-9.497.583,85
88 - Resultados líquido do exercício	-1.044.411,19	1.044.411,19	-1.684.636,61		-1.684.636,61
TOTAL	21.798.843,68	0,00	-1.684.636,61	-27.290,94	20.086.916,13

As variações ocorridas refletem o valor da aplicação do resultado do exercício de 2013, o valor apurado para o ano de 2014 e outros movimentos refletidos na conta de resultados transitados.



**ROSARIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7) Passivos antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área das dívidas a pagar.

Comentários

- a) O valor das dívidas a pagar (com inclusão de operações de tesouraria e sem provisões) ascende a 5.071.633,82€, tal como é apresentado no quadro seguinte, destacando-se a diminuição da dívida em cerca de 832 mil euros.

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação
					2014/2013
21.7 Clientes e Utentes c/ Cauções	18.257,20	18.395,20	18.811,85	18.658,85	-153,00
21.9 Adiantamentos a clientes, contribuintes e utentes		7.560,00	36.681,66	2.550,00	-34.131,66
22 Fornecedores	1.493.330,38	1.330.228,78	1.398.821,12	973.831,55	
22.1.1 - Fornecedores C/C	1.493.330,38	1.330.228,78	1.391.957,78	981.174,77	-430.783,01
22.1.2 - Fornecedores C/C - Soc. De Factoring				12.658,78	12.656,78
22.8 - Fornecedores - Fact em Rec. e Conf.			4.863,34		-4.663,34
23 Empréstimos Obtidos	3.990.408,38	3.750.381,05	3.649.898,43	3.362.058,08	
- C/prazo	280.000,00	300.000,00	350.000,00	350.000,00	
- M. prazo	3.710.408,38	3.450.381,05	3.299.898,43	3.012.058,08	-287.840,35
24 Estado e Outros Entes Públicos	42.889,92	56.511,79	74.917,22	68.882,43	-6.034,79
26 Outros Credores	880.254,11	1.063.650,82	727.534,76	645.652,91	
26.1.1 - Fornecedores de Imobilizado C/C	552.851,62	708.658,82	453.871,71	450.593,86	-3.277,85
26.1.3 - Fornecedores de Leasing	312.851,83	220.686,39	130.411,35	102.427,75	-27.983,60
26.1.6 - Fornecedores de Imob. - c/ Caução	103.649,19	92.904,45	48.260,33	37.284,04	-10.996,29
26.2 - Pessoal		7.234,65	5.983,91	3.663,63	-2.320,28
28.3 - Sindicatos		9,50	833,48		-833,48
28.5 - Credores por subscrições não liberadas	6.431,25	6.431,25			
28.8.1 - Credores das Administrações Públicas			81.441,18	37.376,65	-44.064,53
28.8.4 - Cred. de Transf. Aut. Locais	4.068,75	24.724,36	4.883,02	13.301,24	8.418,22
28.8.5 - Cred.p/depósito de garantias	401,47	490,86	447,69	312,08	-135,61
28.8.9 - Cred. Outros		2.610,54	1.402,08	713,68	-688,43
TOTAL	6.525.139,99	6.226.727,64	5.904.465,04	5.071.633,82	-832.831,22

- b) As contas de Fornecedores e Fornecedores de Imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros. Na generalidade as diferenças resultam de:

- Pagamentos efetuados no final de 2014 pelo Município e só considerados pelo fornecedor em 2015;
 - Lançamento dos valores de cauções e retenções de obras efetuados de forma diferente pelo fornecedor (ou não considerado).
- c) O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido, apresentando-se o valor dos mesmos conforme quadro seguinte.

O empréstimo de curto prazo contraído no exercício de 2014, deveria ter sido pago até ao final do exercício, nos termos do disposto no art.º50.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Tal facto representa um incumprimento à legislação em vigor, que pode acarretar responsabilidades financeiras para os membros do Executivo Municipal.

	CONTA	2013	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2014	GASTOS FINANCIAMENTO PAGOS
23	Empréstimos Obtidos - Curto prazo N.º 9015/007681/292 - 2013 N.º 9015/007888/292 - 2014	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	15.092,60
	- M/L prazo					
CGD	EMP.Nº9015006234591-C.CULT./MULT./C.MORT./BAL.C.FU CONSTRUÇÃO DO MUSEU DO MARMORÉ-9015007285591 REDE DE VILAS E CIDADES MEDIEVAIS ARQUIVIA-9015007286391 EM 509-N.º0921002633791 ARRUAIMENTOS N.º921002536191 ARRELVAMENTO CAMPO FUTEBOL-Nº91400012888991 ETAR V.V. N.º 9015003977791 1º EMP.BIBLIOTECA MUNICIPAL-Nº9015004917991	1.065.267,23 80.222,58 25.000,00 122.882,20 71.437,83 257.098,53 24.076,14 429.054,40		60.088,45 11.140,92 19.094,19 18.709,71 9.256,04 24.547,59 3.915,90 32.070,93	1.005.178,78 69.081,66 5.905,81 104.172,49 62.181,79 232.550,84 20.160,24 396.983,47	19.069,41 5.147,27 1.483,08 443,47 695,02 2.171,77 224,54 2.059,17
BCP	EMPREST.N.7776501/HABITACAO SOCIAL VV. EMPREST.N.81936881/HABITACAO SOCIAL V.V.	87.708,33 188.010,23		11.694,16 24.924,23	76.012,17 183.088,00	375,91 802,32
Totta	EMPRESTIMO ETAR VV N.º000301153549096 EMPRESTIMO PARRELVAMENTO CAMPO FUTEBOL BENCATEL	299.581,26 310.967,66		24.965,12 21.446,04	274.618,16 289.521,62	1.788,26 1.283,49
INH	EMPREST.HABIT.SOCIAL BENC-1999.11.0101.2.00.0	338.594,02		25.987,07	312.606,05	5.845,81
	TOTAL	3.649.898,43	350.000,00	287.840,35	3.362.058,00	56.332,12

Os saldos respeitantes à contratos de empréstimos foram analisados no âmbito do mapa de responsabilidades do Banco de Portugal.

O passivo deve ser discriminado entre o curto e o médio e longo prazo, relevando para o efeito a exigibilidade da dívida, independentemente da sua contratação ter sido efetuada a médio e longo prazo. Assim, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando, em parte, são exigíveis amortizações a menos de um ano.

O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente, e conciliados com as provas obtidas junto do Banco de Portugal.

d) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA					
	2011	2012	2013	2014	
24	Estado e Outros Entes Públicos				
24.2	- Retenção de impostos s/rendimento				
24.2.1	Trabalho dependente	10.976,00	9.557,00	15.128,00	14.893,00
24.2.2	Trabalho independente	564,01	1.011,81	959,05	990,83
24.2.4	Prediais		820,00	1.157,00	550,00
24.2.6	Sobretaxa Extraordinária			979,00	844,00
24.3	- IVA	14.487,59	3.533,72	2.626,59	449,37
24.4	- Restantes Impostos	302,78	266,87	336,10	597,87
24.5	- Contribuições p/Seg.Social	16.559,54	41.322,39	53.731,48	50.557,36
	TOTAL	42.899,92	56.511,79	74.917,22	68.882,43

Foram confirmados os pagamento dos impostos retidos, no final do exercício, tendo os mesmos sido efetuados no inicio do ano de 2015.



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) Subacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surgem também no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, sendo a sua composição em 2014 a seguinte:

CONTA					Variação 2014/2013
	2011	2012	2013	2014	
27 Acréscimos e diferimentos					
27.3 - Acréscimos de custos	178.828,40	199.859,14	375.397,11	410.082,66	93.826,55
- Remunerações a liquidar	92.763,80	81.742,27	204.459,46	298.285,01	12.329,71
- Emolumentos de Visto de Contas - TC	39.541,67	49.197,33	60.933,72	73.263,43	-71.489,71
- Outros acréscimos de custos	46.522,93	68.919,54	110.003,93	38.514,22	
27.4 - Proveitos diferidos	1.392.808,77	1.043.645,19	1.091.783,72	1.088.588,21	1.899,37
- Subsídios para investimento	1.387.869,88	1.038.550,31	1.086.688,84	1.088.588,21	
- Outros Proveitos Diferidos	4.938,89	5.094,88	5.094,88		-6.094,88

- b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

Acréscimos de custos (#27.3):

- ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2014, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2015, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas;
- ✓ Emolumentos de visto de contas pelo Tribunal de Contas;
- ✓ Bolsas de estudo e outros fornecimentos e serviços externos.

Proveitos Diferidos (#27.4):

- ✓ O valor desta conta respeita a subsídios ao investimento:

CONTA		2013	AUMENTOS / PEDIDOS DE PAGAMENTOS	REPOSIÇÕES	REGULARIZAÇÕES	2014
2745 Subsídios ao investimento						
274511210 IEP-09/41/GP/11	2.000,00					2.000,00
274511215 ETAR de Bencatel	192.643,41			1.307,03		191.536,38
274511218 Biblioteca e Arquivo Municipal	41.629,70					
274511220 Remod e Recup ETAR V.V.	214.252,48			26.802,93		187.449,55
274511224 Parque Pesados-Trat.Reflor.Solos	237.694,14			2.243,86		235.450,28
274511225 Extensão Saúde Bencatel	141.802,57	19.530,86			41.629,70	202.983,13
274511227 TEAS - Rede Cultural Alentejo	589,59					589,59
274511228 Modernização Administrativa	6.390,53			3.747,77		2.642,76
27451123 Museu do Mármore 1ªFase	108.484,03	28.220,30				136.704,33
2745491 Grande Campo Jogos Vila Viçosa	141.002,39			11.750,20		129.252,19
TOTAL	1.086.688,84	47.751,16	45.851,79			1.088.588,21

A sua transferência para resultados do exercício está a ser efetuada, merecendo todavia esta conta uma análise mais aprofundada.



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9) Provisões e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2014;
- Solicitação a Advogados de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2014 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

- a) As provisões e contingências (#29) sofreram a seguinte oscilação:

	2013	Aumento	Redução	2014
ATIVO				
# 29.1 Provisões para cobranças duvidosas	62.351,97	20.225,49		82.577,46
# 49.1 Provisões para investimentos financeiros		51.450,00		51.450,00
TOTAL DAS PROVISÕES (IMPARIDADES) - ATIVO	62.351,97	71.675,49		134.027,46
	2013	Aumento	Redução	2014
PASSIVO				
# 29.2 Provisões para riscos e encargos		115.232,23		115.232,23
- Processos judiciais em curso		115.232,23		115.232,23
TOTAL DAS PROVISÕES - PASSIVO	115.232,23			115.232,23
TOTAL GERAL	62.351,97	106.907,72		249.259,69

- b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o montante anual acumulado foi determinado de acordo com as seguintes percentagens:
- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
 - 100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.
- c) Foram enviadas cartas a Advogados externos, a solicitar eventuais processos judiciais em curso, de forma a conciliar os valores contabilizados no Município. As respostas obtidas e a avaliação interna efetuada quanto a eventuais responsabilidades futuras, originaram a constituição de provisões para processos judiciais em curso. Os mesmos discriminam-se da seguinte forma:

6.3.10) Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Município não apurou qualquer montante quanto ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas uma vez que não existiam procedimentos de registo de inventários e de consumo de bens em armazém.

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

		2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
62	Fornecimentos e serviços externos	2.190.513,84	2.033.674,61	1.961.108,87	2.200.966,56	239.857,69	100,00
621	Subcontratos	278.121,93	314.776,91	305.677,16	-9.099,75	13,89	
62101	- Transportes Escolares	81.807,53	80.303,59	81.435,80	76.394,60	-5.041,20	3,47
62102	- Espectáculos Culturais e Recreativos	68.856,57	28.651,61	798,78		-798,78	
62104	- Resíduos Soldos	1.057,25	149.349,37	136.572,37	145.683,21	9.110,84	6,62
62106	- Cáritas e Santa Casa da Misericórdia	1.415,50	407,50	300,00	1.062,00	782,95	0,05
62107	- Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia	2.022,30	192,34				
62108	- Carnetas Escolares		19.217,52	63.288,96	71.072,40	7.783,44	3,23
62109	- Outros	1.707,46		32.383,02	11.464,00	-20.919,02	0,52
62211	Electricidade	361.920,12	451.096,66	442.115,55	419.266,71	-22.848,84	19,05
62212	Combustíveis	186.840,71	185.221,91	185.762,25	135.128,44	-50.835,81	6,14
62214	Outros Fluidos	853,09					
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.510,36	2.499,83	853,86	1.715,16	881,30	0,08
62216	Livros e documentação técnica	3.417,77	608,23	2.695,24	1.846,87	-848,37	0,08
62217	Material de escritório	22.881,34	23.144,64	19.627,42	28.110,67	8.483,25	1,28
62218	Artigos para oferta	929,32	12.433,01	2.651,16	552,20	-2.098,98	0,03
62219	Rendas e alugueres	105.801,11	75.362,30	81.022,67	74.854,18	-6.168,49	3,40
62220	Bolsas de estudo	11.702,40		3.000,00	5.700,00	2.700,00	0,28
62221	Despesas de representação	12.339,77	9.372,98	6.296,54	444,22	-5.852,32	0,02
62222	Comunicação	58.023,36	60.166,52	50.961,42	40.634,80	-10.326,62	1,85
62223	Seguros	51.297,54	44.935,50	25.361,54	48.316,40	22.954,86	2,20
62226	Transportes de pessoal	1.859,65	2.855,92	491,95	0,89	-491,26	
62227	Deslocações e estadas	3.050,80	5.983,74	4.131,05	1.261,34	-2.879,71	0,08
62230	Accão Social Escolar	55.170,93	46.653,55	6.448,19	7.683,66	1.235,47	0,35
62232	Conservação e reparação	43.938,63	20.238,04	15.939,74	265.406,08	269.466,34	12,97
62233	Publicidade e propaganda	18.092,97	6.424,85	20.630,48	10.138,57	-10.491,91	0,46
62234	Limpeza, higiene e conforto	4.478,77	7.201,53	6.202,89	8.188,58	-14,31	0,28
62235	Vigilância e segurança	947,09	1.938,33	5.666,49	2.274,83	-3.391,66	0,10
62236	Trabalhos especializados	197.705,37	210.776,18	255.720,80	314.206,81	58.485,71	14,28
62237	Transportes Escolares	6.878,91	15.287,40	19.784,79	2.258,91	-17.505,88	0,10
62241	Material de Educação Cultura e Recreio	1.379,09					
62242	Material Honorífico e de Representação	821,51	142,06		243,53	243,53	0,01
62244	Material de Transporte	6.847,44	10.945,33	16.081,63	13.778,02	-2.303,61	0,63
62245	Prémios			2.500,00		-2.500,00	
62290	Encargos de cobrança	61.227,52	89.318,94	67.252,42	64.417,65	-2.834,77	2,93
62291	Cafetarias	7.048,83	7.579,13	6.618,72	3.276,29	-3.342,43	0,15
62298	Outros Fornecimentos e Serviços	647.121,41	337.972,22	272.248,30	289.209,54	16.961,24	13,14
62299	Outros Custos	149.229,63	114.054,48	109.626,68	89.625,76	-20.000,90	4,07
623	Materiais Diversos	8.353,59	13.342,42	16.660,10	48.761,69	32.101,59	2,22

Os fornecimentos e serviços externos variaram positivamente em cerca de 240 mil euros, destacando-se com contribuição positiva as rubricas de:

- Conservação e reparação (269 mil €);
- Trabalhos especializados (58 mil €);
- Materiais diversos (32 mil €);
- Seguros (23 mil €); e
- Outros fornecimentos e serviços (17 mil €).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

De forma negativa contribuiram as rubricas de:

- Combustíveis (51 mil €);
- Eletricidade (23 mil €);
- Subcontratos – outros (21 mil €);
- Outros custos (20 mil €); e
- Transportes escolares (18 mil €).

As rubricas de eletricidade, subcontratos, outros fornecimentos e serviços externos e conservação e reparação, destacam-se com um peso de 19,05%, 13,89%, 13,14% e 12,97%, respetivamente, face ao total dos fornecimentos e serviços externos.

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

A conta de transferências e subsídios correntes variaram de forma negativa em 57.657,71€, relativamente ao ano transato.

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
63. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES						
63.1 Transferências correntes concedidas	264.311,59	433.666,02	387.314,01	321.301,86	620,30	0,19%
- Fundos e serviços autónomos				620,30	620,30	0,19%
- Freguesias	15.996,99	4.316,89	12.135,19	8.818,04	-3.519,15	2,60%
- Associações de Municípios	38.715,18	31.475,04	31.492,32	50.578,52	19.066,20	15,26%
- Outros	1.000,00					
- Instituições sem fins lucrativos	2.200,00					
- Instituições Particulares	172.871,22	190.290,93	148.350,08	55.354,18	-92.995,80	16,70%
- Administração Regional			3.000,00		-3.000,00	0,00%
- Bolsas	35.528,22	48.154,30	47.998,40	36.728,48	-11.269,92	11,08%
- Programa da Inserção		155.372,46	140.304,56	143.247,05	2.942,49	43,21%
- Cartão Jovem +				21.000,00	21.000,00	6,33%
- Outros		4.056,60	4.033,46	5.157,39	1.123,93	1,56%
63.3 Prestações Sociais	500,00		1.875,00	875,00		
- Prémio Bento Jesus Caraça	500,00		1.000,00	500,00	-500,00	0,15%
- Prémio António de Oliveira Cadomega			875,00	375,00	-500,00	0,11%
63.8 Outras		5.550,00		9.354,34	9.354,34	2,82%
TOTAL	264.811,59	439.216,02	389.189,01	331.531,30	-57.657,71	100,00%

Destaca-se a redução das transferências concedidas às Instituições particulares.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	Peso (%)
64 CUSTOS COM O PESSOAL						
64.1 Remunerações Órgãos Autárquicos	91.037,89	82.045,07	97.024,59	98.303,83	1.279,24	3,48%
64.2 Remunerações do pessoal	2.563.454,25	2.148.517,56	2.388.589,81	2.132.896,06	-178.608,95	65,56%
- Remunerações base	2.166.882,54	1.853.066,26	2.040.793,82	1.862.184,87	-78.766,08	9,09%
- Suplementos de remunerações	379.945,97	285.098,07	338.874,99	258.108,93	-1.681,26	0,44%
- Prestações sociais directas	16.825,74	10.351,23	10.921,00	12.602,26	-12.547,01	16,79%
64.3 Pensões	7.175,10	402,24	12.547,01		-18.888,47	
64.5 Encargos w/ Remunerações	382.889,02	358.914,01	495.891,86	477.003,39	-12.499,28	1,06%
64.6 Seguros de Acid. trab e doenças profis.	42.813,28	43.033,90	42.680,05	30.180,77	-157,13	3,60%
64.8 Outros Custos com o Pessoal	98.937,88	88.792,86	101.967,20	102.124,33	-298.192,14	100,00%
TOTAL	3.186.307,42	2.719.705,74	3.138.700,52	2.840.508,38		

Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu um decréscimo de 298.192,14 €.

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes variações:

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
64 CUSTOS COM O PESSOAL					
REMUNERAÇÕES BASE DO PESSOAL					
- Pessoal em Funções	1.185.369,47	1.420.048,77	1.336.097,81	1.313.350,91	-22.746,90
- Recrutamento Pessoal p/ Novos Postos	109.414,80	9.934,68			
- Pessoal Aguardando Aposentação		6.026,91	3.597,13	283,14	-3.303,99
- Subsídio de férias e de natal	241.252,52	190.130,86	352.525,73	297.145,10	-55.380,63
- Pessoal com Contrato a Termo Resolutivo	303.723,99	105.442,94	184.454,60	9.524,21	-174.930,38
- Outras Situações	326.921,88	121.484,10	164.118,55	241.871,51	77.752,96
SUPLEMENTOS DE REMUNERAÇÕES					
- Trabalho extraordinário	89.921,71	42.556,85	49.783,54	30.573,76	-19.209,78
- Trabalho em regime de turnos	1.297,36				
- Abono para filhos	4.142,03	3.273,92	2.533,95	1.918,04	-615,91
- Subsídio de refeição	221.536,24	178.397,97	177.918,09	176.210,09	-1.708,00
- Ajudas de custo	8.504,01	5.296,27	5.915,05	1.839,13	-4.075,92
- Vestuário e artigos pessoais	6.481,37	14.181,93	7.627,92	9.422,34	1.794,42
- Outros suplementos	48.063,25	41.391,13	93.096,44	38.145,57	-54.950,87
PRESTAÇÕES SOCIAIS/DIRETAS					
- Subsídio familiar a crianças e jovens	16.684,98	10.351,23	10.921,00	11.344,60	423,60
- Outras prestações familiares	140,76			1.257,68	1.257,68
TOTAL	2.563.454,25	2.148.517,56	2.388.589,81	2.132.896,06	-255.693,75

Subacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsídio de férias, férias, respetivos encargos (SS e CGA).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 67 – PROVISÕES

As provisões registadas no ano correspondem ao reforço para efeitos de cobertura dos riscos associados a clientes, utentes e contribuintes e, constituição para outros riscos e encargos, tal como discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS						
68.1 Juros Suportados	144.068,87	151.145,73	127.744,38	202.852,88	75.108,50	77,17%
68.4 Provisões para aplicações Financeiras				51.450,00	51.450,00	19,57%
68.8 Outros	7.703,12	10.826,77	7.247,09	8.571,16	1.324,07	3,26%
TOTAL	151.771,99	161.972,50	134.991,47	262.874,04	127.882,57	100,00%

Quanto à conta #68.1 – Juros Suportados, procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções. A mesma discrimina-se conforme se segue:

CONTA	2011	2012	2013	2014
Juros Suportados				
- Empréstimos Bancários CP	1.539,91	31.316,25	17.898,42	15.092,60
- Empréstimos Bancários MLP	125.193,57	84.439,99	45.459,66	41.289,52
- Juros de Leasings	8.122,46		1.559,13	546,78
- Juros de Mora				208,25
- Outros Juros	9.212,93	35.380,60	62.827,17	145.717,75
TOTAL	144.068,87	151.145,73	127.744,38	202.852,88

As provisões para investimentos financeiros (#684), destina-se ao ajustamento do valor da participada EDC Mármores, S.A., dados os riscos conhecidos ao nível da atividade da empresa.

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
69 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL						
69.1 Transferências capital concedidas	73.115,50	37.523,27	15.674,71	6.000,00		
- Outros Sectores Institucionais	19.101,19				-9.674,71	
- Freguesias	45.561,84	30.174,99	9.674,71		0,00	1,87%
- Associações de Municípios	8.452,47				-3.660,80	1,03%
- Instituições sem fins lucrativos		7.348,28	6.000,00	6.000,00		
69.4 Perdas em Imobilizações	5.191,93	124,22	6.980,40	3.319,60		
69.5 Multas	617,70				115.798,85	37,98%
69.7 Correcções Relativas a Exerc. Anteriores		15.487,25	6.376,68	122.173,53	169.917,73	59,13%
69.8 Outros custos e perdas extraordinários	4.349,46	5.267,76	303,27	190.221,00	292.379,07	100,00%
TOTAL	83.274,59	58.402,50	29.335,06	321.714,13		

Regista as transferências de capital para as instituições, o valor das perdas registadas em imobilizações, por alienações ou abates e perdas de exercícios anteriores e outras.



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11) Proveitos e ganhos

Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo.

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
71 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS						
71.1 Vendas						
Produtos acabados e intermédios	414.732,65	280.773,47	395.589,11	338.298,25		
- Água	407.362,65	272.512,28	388.945,58	332.465,65	-56.479,83	31,70%
- Outros Bens	73,81	7,38	14,76	134,47	119,71	0,01%
- Outros	6.393,31	7.377,53	5.048,85	2.828,47	-2.220,38	0,27%
- Subprodutos, Desperdícios, Resíduos	277,20			65,90	65,90	0,01%
- Venda de Outros Bens	625,68	876,28	1.579,92	2.801,76	1.221,84	0,27%
71.2 Praeções de serviços	670.887,10	666.530,09	701.535,12	695.008,79	-6.528,33	66,27%
71.3 Rendas e Outros	17.107,30	29.287,25	12.321,84	15.388,09	3.068,45	1,47%
TOTAL	1.102.727,05	976.590,81	1.109.445,87	1.048.691,13	-60.754,74	100,00%

Procedemos ao controlo dos registo mensais, face às listagens extraídas do sistema, tendo os mesmos sido conciliados com os valores contabilizados mensalmente.

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
72 IMPOSTOS E TAXAS						
72.1 IMPOSTOS DIRECTOS	839.486,09	823.598,39	1.098.216,60	999.654,67		
- IMI	509.282,23	609.329,30	619.817,86	681.370,68	61.752,82	59,40%
- IUC	121.559,63	141.084,40	184.686,01	149.589,40	-45.096,61	13,04%
- IMT	174.788,73	93.206,26	200.191,06	78.773,44	-121.417,62	6,87%
- Derrama	33.855,50	79.978,43	83.721,87	89.921,15	6.199,48	7,84%
72.2 IMPOSTOS INDIRECTOS	4.026,67	1.807,43	2.948,70	1.992,41		
- Outros	4.026,67	1.807,43			-958,29	0,17%
- Impostos Indirectos específicos das autorizações locais			2.948,70	1.992,41		
72.4 TAXAS	240.445,62	172.983,41	193.345,42	171.475,59		
- Mercados e feiras	48.482,90	46.305,33	38.533,50	34.044,24	-4.489,26	2,97%
- Loteamentos de obras	90.169,54	56.235,08	73.799,22	75.583,68	1.784,46	6,59%
- Ocupação Via Pública	6.250,97	5.488,99	3.378,80	146,23	-3.233,37	0,01%
- Caça, uso e porte de arma	290,46	291,58	227,35	277,07	49,72	0,02%
- Saneamento	2.377,05	398,40	4.754,47	3.389,02	-1.365,45	0,30%
- Licenças e alvarás			-25,93		25,93	0,00%
- Outras	2.466,70	60,19	38,65	19.662,38	19.623,73	1,71%
- Outros	65.032,98	54.476,60	54.247,08	38.948,84	-17.298,44	3,22%
- Publicidade	25.375,04	9.727,28	18.391,48	1.424,33	-16.967,15	0,12%
72.5 REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES				-25.940,92	-25.940,92	-2,26%
TOTAL	1.083.958,38	998.389,23	1.294.510,72	1.147.181,75	-147.328,97	100,00%

Quanto aos impostos e taxas realça-se a variação negativa acentuada do valor recebido a título de IMT e IUC.

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2014, apenas recebidos em janeiro de 2015, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.



**ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
74.2 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS	4.078.802,19	3.833.458,69	3.840.480,24	3.730.498,41		
ORÇAMENTO DO ESTADO	4.078.802,19	3.833.458,69	3.836.480,24	3.730.498,41		
Transferências Correntes	2.580.808,19	2.416.404,69	3.127.953,24	3.388.869,41	258.602,00	73,89%
- Fundo Equilíbrio Financeiro	2.248.994,00	2.125.581,00	2.834.099,00	3.092.701,00	258.602,00	73,89%
- Fundo Social Municipal	136.159,00	128.881,00	128.881,00	128.881,00	0,00	0,00%
- Participação Fixa no IRS	169.792,00	141.490,00	141.490,00	141.770,00	280,00	3,39%
- Transportes Escolares	20.186,00	20.186,00	20.186,00	20.186,00	0,00	0,48%
- Outras	7.675,19	266,69	3.297,24	3.331,41	34,17	0,08%
Transferências de Capital	1.497.998,00	1.417.054,00	708.527,00	343.629,00	-364.898,00	8,21%
- Fundo Equilíbrio Financeiro	1.497.998,00	1.417.054,00	708.527,00	343.629,00	-364.898,00	8,21%
FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS	251.180,28	299.973,84	390.203,98	442.198,73	51.994,75	10,56%
INSTITUIÇÕES PARTICULARRES	35.950,00					
FAMILIAS	13.850,00	6.850,00	294,00		-294,00	
EMPRESAS			4.000,00		-4.000,00	
PRIVADAS				13.038,00	13.038,00	0,31%
TOTAL	4.379.782,47	4.140.282,53	4.230.978,22	4.185.735,14	-45.243,08	100,00%

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas.

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013	2014 Peso (%)
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS						
79.1 Restituição de Impostos			3.140,03		-3.140,03	
79.3 Ganhos em existências		354,34	974,42	2.703,94	1.729,52	1,69%
79.4 Ganhos em Imobilizações	250,00		5.104,00	25.586,00	20.482,00	16,03%
79.5 Benefícios e penalidades contratuais	8.416,31	5.282,70	7.304,60	27.310,35	20.005,75	17,11%
79.6 Reduções de amortizações e provisões			13.612,43		-13.612,43	
79.7 Ganhos exercícios anteriores	297,12	13.262,55	4.626,42	58.047,71	53.421,29	36,37%
79.8 Outros	193.523,96	87.377,19	45.851,79	45.975,43	123,64	28,80%
TOTAL	202.487,39	106.276,78	80.613,69	159.623,43	79.009,74	100,00%

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais. Traduz uma variação positiva, essencialmente, por via de ganhos de exercícios anteriores, ganhos em imobilizações e benefícios e penalidades contratuais.

7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

7.1) Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2011 a 2014, é a seguinte:

	2011	2012	2013	2014
Ativo Imobilizado Líquido	30.138.441,90	28.928.610,73	27.888.144,71	25.872.909,83
Ativo Circulante Líquido (Disp.+Div.Receber C.P.+Existências)	1.564.774,65	1.181.150,70	1.065.958,53	819.930,89
Ativo Líquido Total	31.804.437,91	30.208.269,15	29.170.489,55	26.772.433,05
Disponibilidades	1.316.291,81	968.179,07	694.935,28	472.202,48
Fundos Próprios	23.707.660,75	22.736.037,16	21.798.843,68	20.086.916,13
Passivo M.L. Prazos (Incl Provisões)	4.126.909,40	3.763.971,89	3.478.570,11	3.266.982,10
Passivo C/ Prazo (except Acresc./Diferir.)	2.398.230,59	2.462.755,75	2.425.894,93	1.919.883,95
Total Passivo	8.096.777,16	7.470.231,97	7.371.645,87	6.885.516,92
Rácio Fundos Próprios / Ativo Líquido (%)	293%	304%	296%	300%
Rácio Ativo Líquido / (Fundos Próprios + Passivo) (%)	75%	75%	75%	75%
Rácio Fundos Próprios / (Ativo Circulante + Ativo Imobilizado Líquido) (%)	65%	48%	44%	43%
Rácio Fundos Próprios / (Ativo Líquido) (%)	55%	39%	29%	25%
Grande Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Ativo Líquido)	79%	79%	78%	78%
Endividamento M.L. Prazos (Estimativo total / Ativo)	13%	12%	12%	12%

7.2) Endividamento/Dívida total

O cálculo do endividamento foi apurado com base no disposto no artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Aos valores do balanço, foram ainda acrescidas as dívidas das entidades que contribuem para a dívida municipal.

	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Recetá corrente liquida cobrada	5.170.891	4.813.074	5.831.701	6.147.657
Média nos 3 exercícios	5.271.590			
Média nos 3 exercícios	5.987.470			
1,5 vezes a média das receitas corrente liquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	7.907.334	Límite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014		
(1) DÍVIDA TOTAL	6.374.430	6.079.430	6.876.133	6.841.279
PASSIVO	8.096.777	7.470.232	7.371.646	6.870.285
(-) ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	7.550	36.682	2.560	
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	1.571.637	1.243.504	1.467.181	1.498.681
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	150.710	139.737	188.651	127.800
(1) DÍVIDA TOTAL	6.374.430	6.079.430	6.876.133	6.841.279
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS				
ANMP	279	361		
CIMAC	7.033	22.844		
(2) TOTAL CONTRIBUIÇÕES	7.313	23.205		
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)	6.374.430	6.079.430	6.876.133	6.841.279
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO	2.271.398	2.443.364		
LÍMITE DE 20% DA MARGEM	444.279	558.671		
LÍMITE DA DÍVIDA TOTAL EM 31/12/2014	6.406.750			

Os valores apurados na ficha do Município emitida pela DGAL, aproximam-se dos apurados perante as contas finais, conforme valores apurados no mapa acima.

Do quadro apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se situa entre os 5,3 milhões e os 7,9 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2014 ascende a cerca de 5 milhões de euros, pelo que a mesma apresenta um valor que entendemos por equilibrado, dado que o mesmo se aproxima da média das receitas nos três últimos exercícios.

7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento

Na consulta ao sistema e no reporte de informação mensal, verifica-se a existência de pagamentos em atraso, no montante de 816.445,73 €.

Em consequência, à data de 31 de dezembro de 2014, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado e definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, passou de 224 dias para 166 dias, conforme se encontra divulgado no SIAL.

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Município não cumpre os requisitos quanto à contabilidade de custos, já que a mesma não está implementada.

Nos termos do n.º 2.8.3.1 de POCAL "a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços".

Acrescenta-se o estipulado no n.º 2.8.3.6, do mesmo diploma "Os documentos da contabilidade de custos, cujo conteúdo mínimo obrigatório consta do presente diploma, consubstanciam-se nas seguintes fichas:

- a) *Materiais (CC-1);*
- b) *Cálculo de custo/hora da mão de obra (CC-2);*
- c) *Mão de obra (CC-3);*
- d) *Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas (CC-4);*
- e) *Máquinas e viaturas (CC-5);*
- f) *Apuramentos de custos indiretos (CC-6);*
- g) *Apuramento de custos de bem ou serviço (CC-7);*
- h) *Apuramento de custos diretos da função (CC-8);*
- i) *Apuramento de custos por funções (CC-9)."*



ROSÁRIO, GRACA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.

De forma a dar cumprimento ao estabelecido no POCAL, propõe-se que sejam efetuados trabalhos no âmbito da implementação da contabilidade de custos, através da qual será possível obter informação do custo de cada função, de cada bem produzido e de cada serviço prestado.

O trabalho a desenvolver deve ser concentrado no apuramento de custos que é exigido por diversas unidades externas, e sobretudo para efeitos de gestão interna.

Na sequência deste requisito, deverá ser efetuado um esforço por parte do Município para dar início aos adequados registos quanto à contabilidade de custos, para além do apuramento dos valores a capitalizar decorrente dos trabalhos realizados de forma direta pelo serviços municipais, a incorporar de forma positiva na conta #75 (Trabalhos para a própria entidade) e em consequência em resultados das respetivas atividades. Para o feito é importante que se verifique a condição de aumento de vida útil dos bens objeto de melhoria. Por outro lado será relevante começar a registar quantitativamente e em valor os autocôsumos do município.

9. OPINIÃO E PROPOSTAS

9.1. Relato sobre outros requisitos legais

A prestação de contas apresenta um relatório estruturado de igual forma com o do ano anterior, cumprindo os requisitos essenciais, quer em termos de apresentação quer em termos de conteúdo e divulgações qualitativas e quantitativas.

9.2. Conclusão das verificações efetuadas e opinião

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança aceitável, sobre as demonstrações financeiras do exercício 2014, e se as mesmas estão isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o sector autárquico, entendemos verificar-se limitação de âmbito quanto aos seguintes factos:

- O nosso exame não abrangeu as demonstrações financeiras apresentadas para efeitos de comparativos referentes ao exercício de 2013, dado ser o exercício de 2014 o primeiro ano em que as contas estiveram sujeitas a Certificação Legal das Contas.

- Apesar de previsto no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, não se encontra ainda implementada uma contabilidade de custos, pelo que não foi possível analisar os encargos com as funções projetos e atividades desenvolvidas pelo Município, para além de eventuais trabalhos para a própria entidade.
- Sendo que em exercícios anteriores, o Município não registava as existências em armazém, e que no exercício de 2014 apenas em parte o mesmo foi registado, não foi apurado o valor do mesmo, e em consequência qualquer gasto a título de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.
- Não nos foi disponibilizado o Relatório de Gestão, pelo que não emitimos qualquer apreciação sobre o mesmo.

Em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderão revelar-se necessários, conforme acima referido, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2014 e os resultados das suas operações em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor autárquico.

Acresce referir que:

- O Município cumpre os limites em relação à dívida total.
- Apesar de se ter verificado redução no atraso de pagamento a fornecedores, ainda apresenta pagamentos em atraso no valor de 816.445,73 €.
- A execução da receita não atinge 85%, apesar do exercício de 2014, ser o que melhor execução apresentou comparativamente aos anos de 2012 e 2013.
- O Município não deu cumprimento ao disposto no art.º 50.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quanto ao pagamento do empréstimo de curto prazo contraído no exercício de 2014.
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no que concerne a empréstimos bancários e contratos de locação financeira, integram valores exigíveis até 12 meses que, de acordo com as regras contabilísticas, deveriam estar classificados a curto prazo.
- Não foi elaborado o relatório de execução do plano de prevenção de riscos de gestão de 2014, dado que a aprovação do plano só ocorreu no final do mesmo exercício.
- Encontra-se em elaboração o Balanço Social de 2014.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

9.3. Propostas

Devem ser implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratar.
- Os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado os limites da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Atualização e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
- Monitorização e controlo no reconhecimento das dívidas a receber, com recurso aos sistemas informáticos.
- Continuidade nos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, de forma a traduzir no mapa do controlo orçamental da despesa os encargos futuros, nomeadamente: contratos de empreitada; contratos de empréstimos; contratos de locação financeira, contratos de cedência de créditos.
- Continuidade no encerramento das obras em curso.
- Continuidade dos procedimentos de implementação do sistema de armazéns.
- Implementação do sistema de contabilidade de custos, consagrado no ponto 2.8.3 do POCAL.
- Apresentação, do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, com a consequente monitorização e complementariedade.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Mix
Ricardo
Carvalho
Silva

10. OUTROS FACTOS

- ✓ Neste período de crise e dadas as restrições financeiras com que atualmente nos deparamos, de forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à "Balança da fraude" e "Triângulo da fraude", assente nos pilares de "Pressões situacionais"; - "Oportunidades de concretização"; e – "Integridade Pessoal".
- ✓ Foi entregue ao Ministério Público um processo de denúncia relativamente à empreitada ao Centro Multiusos de São Romão, o qual aguarda apreciação.
- ✓ Em fevereiro de 2015, foi apresentada a declaração quanto ao valor dos fundos de equilíbrio financeiro referente às retenções dos meses de outubro, novembro e dezembro, no montante de 89.452 €, conforme o estipulado no art.º67.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.

11. AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este relatório, não podemos deixar de manifestar ao Sr. Presidente e restantes Membros do Órgão Executivo e aos Colaboradores do Município, o nosso apreço pela franca e leal disponibilidade prestada. Assim, aqui expressamos o nosso especial agradecimento.

Vila Viçosa, 25 de março de 2015

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC n.º 658)